

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Curso de Especialização em História da Cultura e da Arte

Autor: Joaquim Olegário Leite Júnior

Orientador: Prof. Dr. João Pinto Furtado

Novembro de 2011

Da inspiração republicana às manifestações culturais das classes populares de Belo Horizonte: possíveis abordagens sobre o cotidiano cultural da região da Lagoinha

Este artigo visa propor um estudo sobre as possibilidades existentes de pesquisa em relação às manifestações culturais existentes entre as classes populares da então recém-criada Belo Horizonte em especial no bairro da Lagoinha e suas relações com as elites letradas e forças governamentais de ideologias republicanas.

Os espaços públicos são lugares que em muitos casos privilegiam a pluralidade. Mas, ao adotarmos esta concepção cairemos indiscutivelmente num terreno complexo, seja pelas formas de apropriação destes espaços, ou, seja pela receptividade do poder público frente a tais ocupações que são feitas do que é conceituado como público. Nesse artigo refletiremos sobre a ação das camadas populares e sua ocupação dos espaços públicos do bairro da Lagoinha em relação a as manifestações culturais ali empreendidas.

Com o advento da República, variadas ações realizadas pelo Estado marcaram profundamente a dinâmica das cidades brasileiras, especialmente a então capital federal, o Rio de Janeiro. Tais ações, especialmente no que diz respeito às reformas urbanísticas e, no caso mineiro, a construção de uma nova capital, afetaram o

cotidiano de milhares de pessoas. Seja pela consciência política referente às mudanças no cenário do poder, ou pelas atitudes “civilizadoras” dos novos governantes que tentaram alijar a presença do povo em lugares-símbolos republicanos, o novo sistema político brasileiro se destacou dentre variadas ações por uma possível repressão às manifestações culturais populares, e, contraditoriamente, apareciam no horizonte como espaços de novas possibilidades de vida, um catalisador para o esquecimento de mazelas do campo e da memória do cativoiro.¹

Segundo as memórias do Pe. Francisco Martins Dias havia no “Curral d’El-Rei” festas profanas que, apesar de fazer parte de uma civilização atual – de acordo com o próprio padre -, torna-se, porém, inconveniente e fonte de corrupção de costumes, pelas circunstâncias que de ordinário acompanha, – a dança – quando é feita entre pessoas de diferentes sexos e que não primam por sua seriedade, educação e bons costumes².

Primeiramente é importante tentarmos identificar duas situações sobre o contexto populacional em que o divisor de águas é o ano de 1897: qual era a população existente no então Curral Del-Rei e o que mudou em sua estrutura depois da inauguração da nova capital. Nossa hipótese é a de ocorreu uma mudança considerável, não apenas no ano de 1897, mas anteriormente, quando a “Belo Horizonte” começou a ser construída. Levas e mais levadas de operários chegaram aqui para dar início aos trabalhos e, hipoteticamente, podemos considerar que neste corpo de trabalhadores existissem muitos ex-escravos, filhos de escravos, mestiços, brancos e estrangeiros.

¹ MARINS, 1998.

² DIAS, 1897.

Assim como ocorreu no Rio de Janeiro e suas reformas urbanísticas, a nova capital das Minas Gerais não era destinada a esta gente – populares -, de acordo com os pressupostos republicanos. Buscando estes aspectos referentes ao objetivo republicano de uma belle époque dos trópicos, em contraposição a possíveis formações de núcleos de populações ditas subalternas na periferia da cidade, é que se objetiva a identificação de aspectos que, associados, irão solidificar a idéia de terreno fértil para o desenvolvimento das manifestações da cultura popular em pleno seio republicano. Dentre esses aspectos, podemos citar: o olhar pouco atento do Estado para com estes espaços, por não se localizarem no circuito de civilidade republicana – aqui me refiro, por exemplo ao bairro da Lagoinha; e as mediações culturais encontradas nesses espaços.

Em contraposição ao Rio de Janeiro, capital federal de então, Belo Horizonte não possuía um dinamismo cultural explícito em seu nascedouro. No entanto, mesmo que de forma limitada, como afirma Olavo Bilac em um ensaio sobre a criação da nova capital mineira, a existência de um piano em uma das casinhas do antigo arraial do Curral Del-Rey leva-nos a pensar na existência de uma vida cultural, mesmo que pequena³.

O cerne da questão que pretendemos abordar gira em torno do momento da construção de um pensamento republicano no Brasil. Essa busca pelo ideal republicano regido pela corrente de pensamento positivista criou, em variadas localidades brasileiras, terrenos férteis para a consolidação de uma cultura popular que na década de 1930, com a institucionalização do Estado, foi eleita como cultura genuinamente brasileira.

³ BILAC, 1996.

É importante frisar que ao contrário do que pode se imaginar os articulistas do republicanismo não idealizavam uma exaltação às manifestações culturais oriundas das classes populares como já se sabe. Muito ao contrário, eles buscavam uma aproximação com os modelos europeus, especialmente o francês de sociedade e civilidade.

No entanto, assim como no Rio, em Belo Horizonte foi criado, mesmo que de forma inconsciente, espaços propícios para a gestação e consolidação de práticas culturais populares. Foi assim na “Pequena África” em plena capital federal e no bairro da Lagoinha, em Belo Horizonte. Associados a tais espaços públicos que ajudaram a solidificar o campo popular estão as festividades religiosas que, como podemos perceber existiram nos mesmos espaços. Refiro-me aqui na Festa da Penha no Rio de Janeiro e na Festa de Nossa Senhora da Conceição em Belo Horizonte.

Com a ordem republicana em pauta, já alicerçada sob o signo da exclusão social e, principalmente, planejada de forma impositiva sobre quais cidadãos deveriam habitar o seu espaço, Belo Horizonte simbolizava uma república utópica para as elites mineiras. Este símbolo de progresso e de rompimento com o passado colonial representara também uma ordem excludente do ponto de vista social e, consequentemente cultural.

O século XIX é apontado como um momento de grandes transformações. O avanço da população pobre na ocupação de espaços privados e públicos de forma desordenada, associada a uma determinada ideologia política criará novos formatos de habitações e ideais de ocupação de uma cidade como Belo Horizonte. Sendo

assim, a população pobre, seja em uma cidade planejada como a nova capital ou o Rio de Janeiro depois das reformas urbanísticas, vai ser expulsa deste novo cenário.

É neste contexto e sob as orientações oriundas da Europa que a Comissão Construtora da nova capital ira botar adiante o plano da futura cidade. Aarão Reis é influenciado por experiências bem sucedidas vindas da Europa, portanto, o modelo a ser implementado é um resultado de várias experiências⁴.

Não podemos esquecer que os idealizadores da nova capital enxergavam toda a sociedade sob um olhar positivista, ou seja, as esferas social e cultural estavam intimamente ligadas a uma idéia de progresso, marcada por uma excessiva preocupação frente à miséria e a ocupação das classes populares do novo centro do poder.

Como este artigo propõe expor as possibilidades de uma pesquisa mais ampla referente às manifestações populares da recém capital mineira, primeiramente devemos explicitar a hipótese central deste estudo. De uma forma geral, trata-se de creditar justamente a aspectos políticos uma influência no tratamento das manifestações culturais das ditas classes populares. A partir do momento que essa população é praticamente expulsa da cidade ideal republicana para uma determinada periferia, o olhar do Estado, conforme já citado anteriormente ficara menos atento ao que se refere a dinâmica sócio-cultural dos menos abastados financeiramente. Sendo assim, mesmo com a existência de confrontos entre forças policiais e populares em bairros como a Lagoinha, já no século XX, tais embates não serão suficientes para sufocar a disseminação dos valores culturais dessas

⁴ BUÉRE, 1997.

classes. O Rio de Janeiro do mesmo recorte temporal é prova chave para tal hipótese.

Depois das reformas de Pereira Passos, a população pobre carioca não teve mais espaço no novo centro da cidade, assim se transferindo para locais como as imediações da Praça Onze, em uma região conhecida como “Pequena África”, fora do circuito de civilidade republicana. Seria primário acreditar que não existissem perseguições da polícia contra as manifestações culturais desta gente, mas é muito prudente relacionar esta transferência populacional a uma certa liberdade de expressão cultural, que mais tarde solidificará e será o combustível para a criação de uma cultura nacional já na década de 1930.

No caso belo-horizontino não temos a pretensão de levantar a hipótese que as manifestações daqui consolidaram algo expressivo de caráter nacional, mas ao mesmo tempo não podemos simplesmente negar que a dinâmica cultural aqui existente entre os menos abastados participou da criação de uma idéia do que viria a ser uma cultura genuinamente nacional.

Não queremos deixar também a impressão de uma possível frieza de vida cultural das cidades republicanas. Representativos dessa “cidade” são os locais como a Rua da Bahia, Parque Municipal, Teatros, Bares, entre outros em contraposição a uma cidade da desordem, local de trabalho e moradia de desordeiros, local de prostituição de jogatinas, não adequados aos ideais de modernidade e progresso buscados pelas elites⁵ (JULIÃO, 1996).

Ao mesmo tempo, quando a ordem capitalista assim exigia, buscava-se “transformar vadios em trabalhadores”, sendo assim, coibir excessos significava,

⁵ JULIÃO, 1996.

para a polícia, agir preferencialmente nas áreas pobres onde, segundo o Estado proliferavam todo o tipo de vadiagem”. No entanto, não devemos simplesmente aceitar que as batidas policiais fossem de fato eficazes, já que, como a roda da história nos mostra, a cultura oriunda dessas classes vingou e se transformou em sinônimo de uma cultura nacional.

No entanto, neste momento as autoridades condenavam a cultura e a concepção de mundo dos populares, reprovando as principais expressões de lazer e cultura.

Porém, as mesmas manifestações praticadas por membros da elite eram deglutidas como passatempo de cavalheiros. Por fim, mesmo efetuando uma tentativa de enquadramento aos padrões republicanos de então, as classes populares não iriam conseguir atingir essa configuração de vida ideal para se viver na recém-criada Belo Horizonte.

Tratando-se especialmente do bairro da Lagoinha a pouca bibliografia existente remete-nos a “Revista do Arquivo Público Mineiro”, onde traz apenas artigos que colocam o bairro como um dos mais antigos da cidade e sobre a existência de imigrantes no local. Sobre a boemia, encontramos um artigo de Plínio Carneiro de 1974 onde o autor revela ao seu ver que o estigma de bairro boêmio, deixou à Lagoinha uma imagem de local proletário e perigoso, que não acompanhou o progresso de toda a cidade⁶.

Para entendermos melhor a dinâmica existente neste bairro se faz necessário realizar, mesmo que de forma superficial, uma caracterização do lugar. Segundo Abílio Barreto, os habitantes da Lagoinha eram, em sua maioria operários e “desocupados”. Barreto define o bairro como um “aglomerado de gente pobre (...)”,

⁶ CARNEIRO, 1974.

mescladíssimos e turbulentos sobretudo à noite e nos dias de descanso”⁷. Ora, bairro turbulento nos dias de descanso e à noite; local rotulado como boêmio por natureza; todos os indícios nos levam a crer que também, assim como na já citada Praça Onze e na Lapa no Rio de Janeiro a Lagoinha integrou o circuito dos primórdios de uma cultura popular brasileira.

Neste ponto, voltando a frisá-lo como lugar boêmio e de diversão de populares não podemos excluir de forma alguma as manifestações musicais ali existentes. Se no Rio tais lugares funcionaram como progenitores do samba, choro e maxixe, na Lagoinha não podemos esperar, mesmo com a grande presença de imigrantes que tais pessoas se divertiam apenas ao som de chansons françaises. Basta lembrarmos que, por exemplo, a Banda Carlos Gomes já existia nessa época e que a maioria maciça de seus integrantes proviam das classes populares. Ou seja, esses homens integravam uma banda que participava ativamente de atos institucionais, mas que provavelmente não se restringiam à execução de sua arte na Carlos Gomes, tocando, muitas vezes nos variados cabarés do bairro da Lagoinha os mesmos maxixes, choros e sambas vindos do Rio de Janeiro.

A dificuldade em encontrar registros de personagens que integravam essas bandas e que também participavam ativamente das festividades boemias do bairro, assim como demais registros sobre o cotidiano noturno da Lagoinha, não pode ser um impedimento para uma pesquisa mais profunda e ampla sobre o cotidiano cultural daquele local. Exemplos são encontrados, principalmente no Rio de Janeiro, centro irradiador da cultura popular da época, como é o caso de Anacleto de Medeiros, regente da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e autor de muitos dobrados e choros. Através das lacunas deixadas pelos documentos é que

⁷ BARRETO, 1988.

provavelmente poderemos encontrar a existência de novos Anacleto seja na capital mineira ou em outra cidade do Brasil.

Retornando à questão da ausência ou não do Estado no bairro da Lagoinha através de suas forças policiais, levantamos a hipótese de que a presença, quando ocorria, era pequena, e ao contrário do que se pode imaginar, a polícia efetuava uma perseguição à criminalidade que, infelizmente, nesse momento e em alguns casos até mesmo nos dias atuais, se confunde com uma perseguição às manifestações culturais das classes populares. Não podemos também utilizar de uma ingenuidade de interseção entre o malandro boêmio e o malandro que praticava furtos ou outros delitos. Assim como em outras localidades do Brasil existiam tais personagens, porém, o que é colocado aqui é o estigma criado entre o cidadão boêmio, músico e apreciador de bebidas etílicas ao cidadão que para as elites estavam à margem da sociedade ideal.

Conclusão

O presente artigo, mesmo que de forma restrita pretendeu mostrar as diversas possibilidades de trabalho que o bairro da Lagoinha tem a oferecer em sua construção histórica. Como já comentado anteriormente, não seria prudente, devido a uma escassez documental sobre a história do cotidiano dos desvalidos, deixar no ostracismo a história de um bairro e, conseqüentemente, das pessoas que possibilitaram que a Lagoinha e seus espaços – como a Praça Vaz de Melo – como fontes de uma criação cultural popular da cidade de Belo Horizonte e do Brasil em pleno seio republicano.

A história comparativa e dos microcosmos podem ajudar o historiador a desvendar aspectos reclusos da cultura popular belo-horizontina. Variados trabalhos referentes à história da Praça Onze, à Lapa, à Festa da Penha no Rio de Janeiro podem ser de grande valor como ferramentas de criação de um estudo mais amplo sobre a cultura popular da praça Vaz de Melo, a própria Lagoinha e a Festa de Nossa Senhora da Conceição. Variadas são as possibilidades e os recortes, e mesmo que de forma restrita, os arquivos juntamente com a astúcia do historiador em achar vestígios encobertos pela poeira do tempo – lembrando, mesmo que poucos – poder-se-ia criar uma história do cotidiano cultural das classes populares da Belo Horizonte dos seus primeiros passos até a fase adulta.

Bibliografia

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Notas sobre a vida cultural e social de Belo Horizonte: 1894-1930. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

ARAÚJO, Laís Correa de. (org). Sedução do horizonte. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – História média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BUÉRE, Júlio César. Belo Horizonte: a apropriação social do espaço urbano. In: Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária. PAIVA, Eduardo França. (org). Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DIAS, Francisco Martins, Pe. Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte. Belo Horizonte: Tipografia de Bello Horizonte, 1897.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) BH: Horizontes históricos. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.

NAVA, Pedro. Beira Mar. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

SILVA, Regina Helena A. A cidade de Minas. Belo Horizonte: UFMG, 1991
(Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A capital e o sonho de uma petit Paris – os
cafés no cotidiano de Belo Horizonte: 1897-1954. Belo Horizonte:
FAFICH/UFMG, 1995. (Dissertação de Mestrado).

TORRES, Anny Jackeline T. S; KELLES, Patrícia Ferreira. Passagem pela
Lagoinha. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1991. (Monografia de conclusão de
curso).